**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**

**REQUERENTE: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.
REQUERIDOS VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME
(CONVENIÊNCIA RAIZ) E O SR. JOAQUIM LAMEIRA VIEITAS**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do Promotor de Justiça subscritor, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art.129, III, da Constituição Federal; art. 1º, incisos I, IV e VI, art. 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85; e artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 8.625/93-LONMP, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com base no Procedimento Preparatório SIMP nº 001337-143/2019, propor **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** com **PEDIDO LIMINAR** em face de:

Em desfavor de:

VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº21.728.749/0001-20, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 10, Bairro Centro, São Miguel do Guamá-PA;

JOAQUIM LAMEIRA VIEITAS, brasileiro, casado, nascido em 08/09/1976, empresário, portador da CNH nº 00065523822 DETRAN/PA, portador do CPF/MF nº 600.122.262-20, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves nº 10, anexo Posto Bom Jesus, bairro Centro, São Miguel do Guamá-PA, pelas razões de fato e de direito a seguir exaradas:

01. DOS FATOS

O procedimento ministerial que instrui a presente exordial (Procedimento Preparatório SIMP nº 001337-143/2019) foi instaurado na 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel do Guamá em 19/08/2019, em virtude de denúncia de inadequação do serviço, uma vez que ao invés de exercer apenas o comércio varejista de produtos de diversas ordens, estaria promovendo festas com aparelhagens, DJs e etc., ocasionando a prática de poluição sonora, decorrente das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento denominado "CONVENIÊNCIA RAIZ", localizada Avenida Tancredo Neves nº 10, anexo Posto Bom Jesus, bairro Centro, São Miguel do Guamá-PA.

Em breve síntese, a **VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME**, conhecida popularmente como "CONVENIÊNCIA RAIZ" se localiza no posto Bom Jesus, tendo por finalidade de sua atividade a venda de bebidas, cigarros, sovertes e diversos produtos no comércio varejista.

Ora, diante de sua finalidade varejista, o estabelecimento comercial não foi estruturado com isolamento acústico e estrutura em geral para receber festas.

No entanto, no afã de levantar as vendas, mesmo sem licença específica do corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e da Secretária Municipal do Meio Ambiente, a referida conveniência passou a promover grandes festas com aparelhagens de som, Djs e etc., causando poluição sonora perturbação ao sossego alheio

(vizinhos) e insegurança pública, diante das confusões (brigas) que ocorriam naquele logradouro.

Diante desse contexto, a competente e combatente Promotora de Justiça, Dra. CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES, expediu a Recomendação nº 001/2019/MPE/2ª PJSMG, em 19/09/2019, recomendando, em síntese, aos requeridos:

“a) que a utilização do estabelecimento VIEITAS E VIEITAS CONVENIÊNCIAS se restrinja a finalidade de sua licença de funcionamento, qual seja: **Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência;**

b) que se abstenha de realizar eventos festivos, shows, música ao vivo e outros congêneres, na área do posto de combustível e da Loja de Conveniência;

c) que proíba a aglomeração de pessoas e a utilização de som automotivo na área externa da Loja de Conveniência e no pátio de revenda de combustível;

d) que seja afixado, em local visível do estabelecimento comercial, aviso com a informação de ser proibida a utilização de som automotivo no local;

e) que ao ser verificado que um cliente está fazendo uso de aparelho sonoro em volume acima do permitido e, com isso, perturbando o sossego dos demais cidadãos, que seja comunicado o fato imediatamente à polícia civil ou militar, eximindo-se, assim, de

eventual responsabilização penal como coautor ou partícipe da infração.”

No entanto, o Requeridos, não só descumpriram a referida recomendação, como também intensificaram as festas, durante o período da pandemia do COVID-19.

Mister salientar, que as referidas festas durante a pandemia foram objetos de matérias jornalísticas em veículos de comunicação regional.

Destaca-se que consta no procedimento, mídias que atestam a realização das festas durante a pandemia, bem como chamados de propagandas de DJ conclamando a população de São Miguel do Guamá e cidades vizinhas para participarem da festa na “CONVENIÊNCIA RAIZ”.

Diante de todo esse contexto, não restou outro meio que não o ajuizamento da presente ação.

02. DA LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

A Constituição Federal, em seu artigo 127, enuncia:

“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”

Por sua vez, o inciso II, do artigo 129, desta Carta Magna, estabelece ao Ministério Público a função de:

Art. 129, II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.”

Ademais, o artigo 5º da Lei 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), alinhando-se à simetria constitucional, legitima o Ministério Público a intentar a ação civil pública na defesa dos interesses maiores da sociedade, dentre os quais, inegavelmente, inclui-se o meio ambiente, porquanto traduz, como um bem de uso comum do povo, um direito fundamental objetivo de todos em vê-lo preservado, um dever do Poder Público e também da coletividade em zelar por sua defesa e preservação com via única a assegurar a sadia qualidade de vida e a própria sobrevivência da espécie humana, presente e futura (art. 225 da CF/88).

Nesse sentido, inequívoca e perfeitamente demonstrada a legitimidade do Ministério Público, para figurar no polo ativo da presente demanda judicial.

3- DO DIREITO

No que diz respeito à proteção ao meio ambiente, deve ser posto em relevo que a Constituição Federal, no artigo 225 e diversos incisos, elevou-o a categoria de direito fundamental formal do ser humano, bem como, reconhece-o como um direito intergeracional, ou seja, o direito ao ambiente sadio é das presentes e futuras gerações, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como é cediço, a poluição sonora, sem qualquer sombra de dúvida, é fator responsável por deteriorar a qualidade de vida do ser humano, podendo causar sérios malefícios à saúde, como insônia, problemas de ordem nervosa, dores de cabeça, aumento da pressão arterial, perda de audição e uma série de outros males conhecidos e igualmente prejudiciais.

Por tal razão, tendo em vista que a prática de poluição sonora atinge, de modo contundente, a higidez ambiental e, por consectário lógico, o direito à saúde, faz-se necessária a atenção constante dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública, no sentido de coibir tal prática.

A Lei Federal nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 3º, III, "a", conceitua POLUIÇÃO, como atividade de degradação ambiental que prejudique, de forma direta ou indireta a saúde, a segurança e o bem-estar da população, e no inciso seguinte define POLUIDOR, como a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado responsável, direta ou indiretamente, por atividades causadoras de degradação ambiental.

Eis a dicção do art.3º da Lei nº 6.938/81, *litteris*:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - **poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:**

a) **prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;**

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - **poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;**

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Vê-se, portanto, que **VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME (CONVENIÊNCIA RAIZ) E O SR. JOAQUIM LAMEIRA VIEITAS**, por disposição expressa de lei, podem ser caracterizados, de modo inapelável, como poluidores, uma vez que são os responsáveis imediatos pelo funcionamento irregular do

estabelecimento, causam degradação da qualidade ambiental, consubstanciada na utilização de caixas amplificadoras e aparelhagem de som que produzem ruídos, acima dos níveis permitidos pela legislação ambiental, gerando danos à saúde, à segurança e ao bem-estar da população residente nas imediações.

Nesse sentido, uma vez que **VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME (CONVENIÊNCIA RAIZ) E O SR. JOAQUIM LAMEIRA VIEITAS**, responsáveis pelo estabelecimento, localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 10, Bairro Centro, São Miguel do Guamá-PA, descumprem, deliberadamente, as determinações do Poder Público, revela-se imprescindível coibir a conduta irregular pela via judicial.

Por fim, destaca-se que os requeridos não possuem licenças da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e nem da secretaria Municipal de Meio Ambiente, para a realização de festas, isto é, todas as grandes festas realizadas pelos requeridos são clandestinas.

04- DA MEDIDA LIMINAR

O direito fundamental de acesso à justiça previsto constitucionalmente, nos dias de hoje, compreende não só o direito de petição, mas também um provimento jurisdicional eficaz e temporalmente adequado, que seja útil a sociedade.

Por tal razão, objetivando a efetividade de um futuro provimento jurisdicional definitivo, bem como a eficaz e temporalmente adequada proteção ao meio ambiente e à saúde de toda a coletividade atingida, é que se requer, com base no art. 12 da Lei nº 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), a concessão de liminar, *inaudita altera pars*, eis que presente os requisitos autorizadores da decisão judicial almejada.

In casu, o *fumus boni juris* está fartamente demonstrado pelos elementos coligidos aos autos do procedimento ministerial, notadamente as mídias, bem como os documentos anexados ao procedimento, comprovando que o local não possui isolamento acústico, bem como não possui licenças específicas para a realização de festas.

De outra banda, no que concerne ao *periculum in mora*, caso os demandados continue normalmente a exercer atividade danosa, utilizando as caixas amplificadoras, Carros sons, Djs e etc., durante a tramitação do processo (situação que pode exigir lapso temporal considerável), estar-se-á a permitir a realização de uma atividade comprovadamente irregular e danosa, em prejuízo da saúde e do bem-estar das pessoas que residem nas circunvizinhanças e imediações.

Portanto, a demora em se obter um provimento jurisdicional que tenha o condão de cessar a atividade irregular poderá causar, se já não causou, DANO IRREPARÁVEL ou de DIFÍCIL REPARAÇÃO ao DIREITO COLETIVO À SAÚDE e ao DIREITO DIFUSO AO

MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO, razão pela qual imprescindível o provimento de natureza liminar.

Nesse sentido, presentes os requisitos autorizadores, a concessão de liminar é medida que se impõe.

Para corroborar a possibilidade de medida liminar em sede de ação civil pública, com o objetivo primordial de fazer cessar, de forma imediata, o dano perpetrado, eis os manifestos jurisprudenciais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CASA NOTURNA. POLUIÇÃO SONORA. PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO. ABAIXOASSINADO DA VIZINHANÇA. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA DESCUMPRIDO. LIMINAR DE INTERDIÇÃO DA FONTE GERADORA DA POLUIÇÃO SONORA. MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70047165204, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Irineu Mariani, Julgado em 17/10/2012) (TJ-RS - AG: 70047165204 RS, Relator: Irineu Mariani, Data de Julgamento: 17/10/2012, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/10/2012)

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. POLUIÇÃO SONORA. CONFIGURADO O REITERADO DESRESPEITO DA PARTE AGRAVANTE ÀS NORMAS AMBIENTAIS, JUSTIFICA-SE O DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR DE INTERDIÇÃO DAS ATIVIDADES COM USO DE EQUIPAMENTOS SONOROS, ATÉ QUE HAJA ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS LEGAIS NO PERTINENTE, DIANTE DO CONSTANTE DANO CAUSADO AOS VIZINHOS. O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA NÃO SE CONDICIONA À OBSERVÂNCIA DE CONTRADITÓRIO PRÉVIO EM SEDE ADMINISTRATIVA, INEXISTINDO TAMPOUCO DIREITO SUBJETIVO AO OFERECIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. DIANTE DA RECALCITRÂNCIA DO AGRAVANTE, NÃO HÁ FALAR EM PERMISSÃO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS EM PERÍODO NOTURNO NEM MESMO DE FORMA ESPORÁDICA, NOS TERMOS DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO FORMULADO NO RECURSO, AO MENOS ATÉ QUE A SITUAÇÃO DO SEU ESTABELECIMENTO SEJA DEVIDAMENTE REGULARIZADA. NÃO SE MOSTRA VIÁVEL, AO MENOS NESTE MOMENTO, NO QUAL INEXISTE PLANO DE MITIGAÇÃO DE POLUIÇÃO SONORA NO ESTABELECIMENTO DO AGRAVANTE, A REALIZAÇÃO DE EVENTOS COM USO DE EQUIPAMENTOS DE SOM NO PERÍODO DIURNO, JÁ QUE SE TRATA DE PRESSUPOSTO BÁSICO PARA TANTO. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento N° 70056219173, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Agathe Elsa Schmidt da Silva, Julgado em

23/10/2013) (TJ-RS - AI: 70056219173 RS ,
Relator: Agathe Elsa Schmidt da Silva, Data
de Julgamento: 23/10/2013, Quarta Câmara
Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça
do dia 06/11/2013)

Portanto, demonstrada, de forma inequívoca, a
necessidade de provimento liminar, faz-se necessária, então,
decisão judicial **DE INTERDIÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIEITAS E
VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME**, conhecida popularmente
como "CONVENIÊNCIA RAIZ", COM APREENSÃO DAS CAIXAS ACÚSTICAS,
MESAS DE APARELHAGEM E EQUIPAMENTOS SONOROS UTILIZADOS NOS
EVENTOS, ATÉ QUE HAJA ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS LEGAIS, DIANTE DO
CONSTANTE DANO CAUSADO, com fundamento no Artigo 12 da Lei n°
7.347/85, sob pena de pagamento de multa diária de 10 (dez)
salários mínimos, pelo descumprimento da determinação judicial.

Deve ser posto em relevo, outrossim, que a multa a
ser estipulada deve atender aos fins a que se propõe a presente
ação, de tal modo que inviabilize aos demandados, promoverem
eventos danosos ao meio ambiente, mediante a obrigação
pecuniária, pois, de maneira diversa, a presente ação civil
pública revelar-se-ia inócua, não obstante a reiterada prática
de condutas irregulares e, por conseguinte, de danos aos
moradores das imediações.

Por fim, requer-se a Vossa Excelência, em caso de
concessão da liminar, que seja determinada aos órgãos

responsáveis, notadamente à Polícia Civil e a secretaria Municipal de meio Ambiente, o cumprimento da ordem judicial, acompanhada, se necessário, pelas autoridades policiais militares, devendo ser apontado a esse Juízo o eventual descumprimento, com o objetivo de apuração da multa diária cominada, bem como fiscalizar o fiel cumprimento da ordem judicial.

5 - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Ministério Público requer:

a) O recebimento e autuação da presente petição e documentos anexos (autos do Procedimento Preparatório SIMP nº 001337-143/2019), determinando o regular processamento;

b) A concessão de medida liminar, *inaudita altera pars*, nos moldes acima delineados e, após, requer este Parquet a citação dos requeridos, para, querendo, contestar e acompanhar os termos da presente ação, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) No mérito a confirmação em definitivo da liminar, ou seja, a interdição das atividades **DA VIEITAS E VIEITAS LOJAS DE CONVENIÊNCIAS LTDA - ME**, conhecida popularmente como "**CONVENIÊNCIA RAIZ**", com apreensão das caixas acústicas, mesas de aparelhagem e equipamentos sonoros utilizados nos eventos, sob pena de multa diária,

conforme acima indicado, acrescida de juros moratórios e corrigidos monetariamente, caso não haja a devida adequação dos réus às determinações legais;

d) Que os demandados sejam condenados ao pagamento das despesas processuais e demais consectários legais, que devem ser convertidos ao fundo previsto no artigo 13 da Lei nº 7.347/85 (Fundo Estadual de Direitos Difusos do Meio Ambiente) incluindo-se as multas que porventura vierem a ser impostas;

e) Requer-se, por fim, a isenção de custas, emolumentos e outros encargos, conforme artigo 18 da Lei nº 7.347/85, atribuindo-se à causa, para todos os efeitos, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para satisfação do disposto no artigo 291 do CPC.

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento.

São Miguel do Guamá (PA), 13 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR

Promotor de Justiça